



Relações entre informação, empoderamento e discriminação: o acesso e o uso da informação pelo grupo de Facebook LGBTQI+ Resistência pela Democracia

Relationships between information, empowerment and discrimination: the access and use of information by the Facebook group LGBTQI+ Resistance for democracy

Maurício Coelho da Silva

Mestrando em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
E-mail: mauriciocoelho.hlp@gmail.com

Ana Maria Mielniczuk de Moura

Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio de Grande do Sul (UFRGS). Professora Associada do Departamento de Ciências da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
E-mail: ana.moura@ufrgs.br

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo compreender de que forma ocorre o processo de empoderamento dos membros do grupo de Facebook *LGBTQI+ Resistência pela Democracia* em um espaço virtual de acesso e uso da informação. Utilizou-se de métodos netnográficos para coleta de dados extraídos via questionário, sendo que obteve-se um total de 153 participantes. Os dados analisados permitem inferir que, no concernente a identificação da população, a maioria dos respondentes são pessoas cisgêneras, homossexuais (gays e lésbicas) e brancos, demonstrando pouca diversidade na amostra populacional. Já quanto ao grau de ensino dos respondentes, uma parte significativa cursa ou já cursou pós-graduação, demonstrando um perfil mais acadêmico dentre os sujeitos analisados. Constatou-se ainda que parte dos participantes sente-se desconfortável em participar de comunidades virtuais LGBTQI+ em razão de discursos discriminatórios que são reproduzidos pelos próprios integrantes do movimento LGBTQI+, bem como um potencial de empoderamento nesses espaços que é prejudicado por tais discriminações, demonstrando a necessidade de que os processos de acesso e uso da informação incluam uma abordagem interseccional que de conta da diversidade de identidades que compõem a comunidade LGBTQI+.

Palavras-chave: Acesso à Informação. LGBTQI+. Empoderamento. Discriminação. Netnografia.

ABSTRACT

This work aims to understand how the process of empowerment of members of the Facebook group *LGBTQI+ Resistência pela Democracia* takes place in a virtual space of access and use of information. Netnographic methods were used to collect data extracted via a questionnaire, resulting in a total of 153 participants. The analyzed data allow us to infer that, regarding the identification of the population, most respondents are cisgender people, homosexuals (gays and lesbians) and white people, showing little diversity in the population sample. As for the respondents' education level, a significant part is studying or has already attended postgraduate courses, demonstrating a more academic profile among the analyzed subjects. It was also found that some of the participants feel uncomfortable participating in LGBTQI+ virtual communities due to discriminatory discourses that are reproduced by members of the LGBTQI+ movement themselves, as well as a potential for empowerment in these spaces that is harmed by such discrimination, demonstrating the need for the processes of access and use of information to include an intersectional approach that takes into account the diversity of identities that make up the LGBTQI+ community.

Keywords: Information Access. LGBTQI+. Empowerment. Discrimination. Netnography.



1 INTRODUÇÃO

O movimento LGBTQI+1 vivenciou transformações ao longo do seu processo de consolidação, metamorfoseando-se junto a sociedade e o contexto cultural no qual estão inseridos. Destaca-se que a sigla LGBTQI+ é uma das variações de sigla utilizada referente a identidades sexuais e de gênero, sendo que a própria composição da sigla é campo de disputa e ainda não existe um consenso entre os diversos meios que se utilizam da sigla, como a academia, as mídias, os ativistas e os próprios membros do movimento. Ainda assim, optou-se pelo uso da sigla LGBTQI+ por fins de padronização, comunicação científica e por ser a sigla utilizada no nome do grupo de Facebook que é objeto desse estudo.

A consolidação do movimento LGBTQI+ ocorreu por meio de lutas sociais e resistência, atribuindo à história do movimento diversos episódios de articulação e luta contra opressões e discriminações. O presente estudo aborda a temática LGBTQI+ dentro do escopo da Ciência da Informação (CI), especificamente as relações entre o acesso e uso da informação e o potencial de um empoderamento individual e coletivo, seja por meio do uso da informação para o desenvolvimento de identidades do movimento LGBTQI+ ou a informação como matéria prima para resistência do movimento. Para viabilizar a aproximação das temáticas LGBTQI+, de empoderamento e de acesso e uso da informação, optou-se por realizar o estudo em uma comunidade virtual, selecionando o grupo de *Facebook* intitulado *LGBTQI+ Resistência pela Democracia* para o desenvolvimento do estudo, uma vez que o grupo é descrito pelos seus moderadores como um espaço de acesso à informação, discussão e empoderamento do movimento LGBTQI+.

O grupo foi criado na data de 10 de setembro de 2018 e seu surgimento foi uma tentativa de articulação para impedir a eleição do candidato à presidência Jair Bolsonaro no processo eleitoral brasileiro de 2018 e as possíveis implicações que seu mandato teria para os direitos da população LGBTQI+ e para democracia. Destaca-se que, embora o grupo possua uma proposta de servir como um espaço de empoderamento para seus usuários, em uma primeira exploração inicial do grupo não ficou claro como ocorreria esse empoderamento em um espaço virtual de compartilhamento de informação,

¹ Sigla utilizada para se referir ao movimento e as identidades que o compõem, respectivamente: Lésbicas, Gays, Bissexuais, pessoas Trans, Travestis, Queer e Intersexo, sendo o sinal de adição (+) utilizado para representar outros desdobramentos e identidades.

discussão e socialização, mostrando-se um cenário pertinente para explorar as relações entre acesso e uso da informação e empoderamento.

Na CI, a partir do seu paradigma social, a informação é discutida como matéria prima na construção e mediação do conhecimento, na formação de pensamento crítico, no desenvolvimento pessoal, social e cultural e como influenciadora de opinião. Dessa forma, considera-se que a CI possui grande potencial para contribuir para o avanço das discussões acerca do potencial de empoderamento por meio do acesso e uso da informação. Considerando o que foi exposto, essa pesquisa teve como objetivo compreender de que forma ocorre o processo de empoderamento dos membros do grupo de Facebook *LGBTQI+ Resistência pela Democracia* em um espaço virtual de acesso e uso da informação. Destaca-se ainda que esse trabalho é fruto de uma pesquisa mais extensa desenvolvida como Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Biblioteconomia. Na seção a seguir apresenta-se os principais autores e teorias que servem de base para esse estudo. Quanto à metodologia, utilizou-se de procedimentos netnográficos para coleta de dados extraídos de maneira que foi possível compreender características sociais e comportamentais da comunidade virtual estudada, principalmente do uso que fazem da informação acessada.

2 AUTOCONHECIMENTO, INTERSECCIONALIDADE E PODER SEGUNDO BUTLER, COLLINS E FOUCAULT

Nesta seção apresenta-se conceitos essenciais ao estudo, como autoconhecimento, interseccionalidade e poder, conceitos que se considera importante serem apresentados previamente para que seja possível compreender a categoria de empoderamento que esse estudo se propõe a discutir como uma de suas categorias principais. Para descrever o processo de autoconhecimento, parte-se dos estudos de Butler que utiliza do espírito viajante de Hegel (*Geist*) para descrever um indivíduo caracterizado como um viajante romântico e, ao mesmo tempo, iludido e falho, que aprende por meio da sua experiência no mundo (SALIH, 2019). Segundo Butler (1999) esse espírito viajante é um indivíduo motivado pelo desejo de superar obstáculos impostos em seu caminho, superar diferenças externas e conhecer a si mesmo, sendo esse desejo que o motiva a continuar incessantemente mesmo ao se deparar com suas próprias falhas.

Compreende-se então que o autoconhecimento é um processo de tentativa e erro,

onde persiste o desejo de conhecer-se, ser reconhecido e que, conforme Butler (1999), gera questionamentos corporais no indivíduo acerca da sua própria identidade e do lugar em que ele habita, fazendo com que ele se transforme constantemente. Denota-se aqui a necessidade de um meio social para que esse processo ocorra, pois o indivíduo necessita relacionar-se com um outro para que seja possível estabelecer um reconhecimento e distinções no outro. Relaciona-se aqui esse processo de autoconhecimento com as identidades LGBTQI+, uma vez que o autodescobrimento de um indivíduo e o desenvolvimento de sua identidade ocorre da sua relação com um outro, seja por meio da identificação de características semelhantes ou distinções, configurando esse “outro” como uma fonte de informação que o indivíduo LGBTQI+ toma como referência para autoconhecer-se e manifestar-se entre outros indivíduos. Salih (2019) ainda acrescenta que somente estando em uma comunidade que o indivíduo vai conseguir os elementos necessários para a construção da identidade, ao mesmo tempo que Butler acredita que esse processo de transformação não tenha um fim, ou seja, o indivíduo está sempre em constante mudança (SALIH; 2019, p. 41).

Sendo assim, o indivíduo inserido na sociedade se relaciona com pessoas que possuem diferentes identidades e marcadores sociais, indicando uma perspectiva interseccional, sendo este outro conceito importante para este estudo. Quijano (2011) descreve esses marcadores sociais como um processo de classificação dos indivíduos que é constituído por elementos como a colonialidade e o padrão mundial de poder capitalista no qual estão inseridos. Segundo Quijano (2011) esses marcadores sociais surgem em meio a características de poder oriundas do modelo capitalista e suas necessidades, fundindo-se e configurando-se em um novo universo de relações intersubjetivas de dominação à sombra da hegemonia eurocêntrica que influencia as identidades construídas a partir de marcadores de gênero e sexualidade. Sobre o conceito de interseccionalidade, Collins (2017) o aborda como uma rede onde diferentes identidades sociais, incluindo as identidades que compõem o movimento LGBTQI+, relacionam-se entre si e ao mesmo tempo são submetidas a uma estrutura de poder e dominação.

Segundo Collins (2017), os estudos interseccionais expõem um sistema de opressão que atua a partir de uma estrutura de dominação de poder em comum, englobando os sistemas de gênero, raça e classe social, manifestando-se a partir das relações entre os indivíduos tanto por meio da identificação com o outro como por meio

de discriminações e opressões em decorrência de suas identidades e da exploração de classe, sendo que a interseccionalidade tenciona evidenciar o ponto onde essas opressões intersectam-se. Além das questões pertinentes ao movimento LGBTQI+, outros marcadores tem sido contemplados em estudos com abordagem interseccional como a gordofobia e a marginalização de determinados tipos de corpos (SANTOS; SANCHOTENE, 2017), a discriminação com pessoas assexuais² (SILVA, 2019), a problematização de discursos feministas que são excludentes com identidades de pessoas trans (NUNES, 2018) e o reconhecimento e diferenciação das identidades trans e travesti a partir de indicadores sociais e de classe (CARVALHO, 2016).

Enfim, tem-se o conceito de poder, amplamente discutido pelo filósofo Foucault (2006) em seus estudos ao discorrer sobre como as relações humanas coexistem com relações de poder, fenômeno que faz com que determinado indivíduo, por possuir uma posição hierárquica superior aos demais, tem seu discurso legitimado, atribuindo uma falsa noção de que as demais perspectivas são ilegítimas. No concernente às associações entre poder e as questões LGBTQI+, Foucault (2005) aponta a relação entre poder e sexo ao descrever sobre como o modelo econômico do capitalismo reforça as dinâmicas heteronormativas de gênero e sexualidade por depender do modelo de relação heterossexual para que ocorra a reprodução sexual entre seres humanos, contexto em que entende-se o próprio ser humano como um bem comercial, daí a necessidade de garantir sua reprodução.

Rubin (2012) discorre sobre a relação entre os regimes de normalização da sexualidade e a lógica de reprodução capitalista ao colocar que a esfera da sexualidade tem políticas, desigualdades e opressões específicas. Rubin (2012) ainda coloca que na lógica capitalista a legislação sexual é um instrumento rígido de estratificação sexual e perseguição e ganha força principalmente em áreas que envolvem obscenidade, dinheiro e a homossexualidade, uma vez que segundo o autor a legislação sexual reforça tabus referentes a representação de manifestações sexuais.

A manutenção desse fenômeno no comércio capitalista se dá pela relação entre

² A Assexualidade segundo Silva (2020) é uma narrativa contra-hegemônica sobre como um indivíduo expressa sua sexualidade a partir da frequência com que ele sente/manifesta a necessidade de relacionar-se sexualmente, podendo essa necessidade manifestar-se com menor frequência em comparação a um indivíduo não assexual, manifestar-se somente com condições específicas (um vínculo emocional profundo com o outro) ou não se manifestar.

sexo *versus* dinheiro, contexto em que a indústria de pornografia gay encontrou uma maneira de reproduzir as dinâmicas sexuais a partir da lógica capitalista, lógica que acaba impactando de maneira distintas outras identidades do movimento LGBTQI+, como é o caso dos indivíduos LGBTQI+ que lidam com a prostituição e o mercado sexual dentro do contexto capitalista (RUBIN, 2012). O dossiê de 2022 da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) mostra que ocorreram pelo menos 131 assassinatos a pessoas trans e travestis no ano de 2022, sendo que 54% desses assassinatos foram com mulheres trans e travestis que são profissionais do sexo (ANTRA, 2023).

Os estudos de Foucault (2005) que discorrem sobre as relações entre poder e sexo ainda abordam o quanto essa reafirmação da heterossexualidade como uma sexualidade dominante geram discursos que classificam outros modelos de sexualidade como anormais e desviantes, marginalizando os indivíduos que performam³ esses outros modelos de sexualidade. Dessa forma, segundo os estudos de Foucault (2005, 2006), percebe-se uma segmentação dos indivíduos a partir de suas práticas sexuais e em concordância com uma lógica capitalista.

Collins (2016) argumenta que o poder se exerce quando um indivíduo utiliza de seu status social predominante dentro de uma hierarquia para definir o outro de maneira pejorativa, desumanizando-o, afetando sua subjetividade e tornando mais fácil de ele ser subjugado e dominado. Uma forma de resistir a essa desumanização, segundo Collins (2016), é por meio da valorização da consciência que temos de nós mesmos em detrimento de um imaginário pejorativo que nos é imposto, ou seja, por meio de um processo de autodefinição da nossa própria imagem baseado na nossa subjetividade. Esse processo de autodefinição a que Collins (2016) se refere pode ser relacionado ao processo de autoconhecimento apresentado por Butler (BUTLER, 1999; SALIH, 2019), uma vez que o autoconhecimento é o processo de conhecer a si mesmo e construir a própria identidade a partir das experiências que o indivíduo vivencia, enquanto a autodefinição é uma forma de valorização da identidade já construída, sendo essa uma forma de resistência às discriminações oriundas das estruturas de poder apresentadas por Foucault (2005, 2006). Todo esse processo é o que se compreende por empoderamento. Nesse cenário,

³ Lembrando que a performatividade de gênero é uma formulação desenvolvida por Butler (2000) acerca da forma como o sujeito expressa sua identidade a partir da relação com o outro e consigo mesmo por meio do seu autoconhecimento.

considera-se a informação um elemento essencial, uma vez que ela se mostra necessária na construção da identidade de um indivíduo, conforme veremos na seção a seguir referente a relação entre informação e empoderamento.

3 ABORDAGEM SOCIAL DA INFORMAÇÃO E O EMPODERAMENTO

A informação é discutida a partir de diferentes perspectivas na área da CI, sendo que a que nos interessa é a abordagem social da informação proposta por Capurro (2003), argumentando que a informação indica processos complexos de produção, distribuição, intercâmbio e consumo da informação, processos esses nos quais os agentes sociais são a chave para sua execução e aprimoramento. Dessa forma, a abordagem social da informação é a mais adequada a esta pesquisa, pois permite discutir a dinâmica social entre um grupo de indivíduos que têm como principais atividades o acesso, uso e compartilhamento de informação. Capurro (2003) ainda destaca que é por meio da abordagem social da informação que se torna possível compreendê-la como um elemento cultural que se desenvolve a partir das relações humanas.

Santos, Targino e Freire (2017) também salientam as dimensões sociais da informação ao discutir a temática de responsabilidade social e as implicações que a informação possui nas transformações sociais. Os autores colocam que a responsabilidade social começa a ganhar relevância na segunda metade do Século XX como resultado das iniciativas de marketing social de empresas privadas e suas ações de filantropia, sendo posteriormente abordada de maneiras distintas em diferentes áreas do conhecimento. Brookes (1980) descreve um processo individual de transformação do sujeito quando ele se apropria de determinados conjuntos de informação e atribui sentido a ela. Ao atribuir sentido a determinado conjunto de informação que o sujeito passa a conhecer melhor a si mesmo e o contexto social no qual está inserido, sofrendo mudanças internas e também reverberando no contexto social no qual está inserido (BROOKES, 1980).

Destaca-se ainda que outros estudos desenvolvidos previamente apontaram uma aproximação entre a temática LGBTQI+, o objeto de estudo da CI, em especial as fontes de informação e o comportamento informacional, bem como a circulação dessas informações em ambientes digitais (PINTO; LEITE, 2018; LOPES; VELOSO; LACERDA, 2019; VALE; VITORINO, 2019; SILVA *et al.*, 2021). Nesse panorama, seja individualmente ou coletivamente, a informação mostra-se um elemento importante na construção da

identidade do indivíduo, podendo auxiliar no processo de autoconhecimento e autodefinição, processos discutidos na seção anterior.

Esses processos de autodefinição e autoconhecimento, bem como as mudanças internas e externas na realidade do indivíduo é o que se compreende neste estudo como empoderamento, que segundo Villacorta e Rodriguez (2002) são o conjunto de ações e transformações oriundas dessas ações que viabilizem a inserção de grupos marginalizados em locais de decisão e desenvolvimento da sociedade, locais onde até então eles eram excluídos. Paulo Freire atribuiu uma formulação própria a ideia de Empoderamento (originalmente do inglês *Empowerment*) ao associá-lo o termo “conscientização” (ROSO; ROMANINI, 2014) e descreveu-a como as mudanças ou ações que a instituição, grupo ou sujeito realiza por si mesmo e que propiciam um processo de evolução e transformação, mas reconhece que o conceito “foi criado por uma equipe de professores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, por volta de 1964” (Freire, 2001, p. 29).

Berth (2019) discute o conceito de Empoderamento a partir de suas diferentes dimensões e aponta que ele deriva da ideia de poder que muitas vezes assume uma concepção intuitiva negativa para aquelas identidades sociais submetidas a um sistema de dominação e opressão, enquanto a ideia de empoderamento pode assumir um viés mais positivo a partir de ações coletivas que visam dar poder a grupos minoritários. (Villacorta e Rodriguez (2002) ainda colocam que estratégias de empoderamento têm como objetivo desenvolver perspectivas locais e nacionais mais democráticas, com a possibilidade de inclusão para grupos marginalizados. Compreende-se o empoderamento então como a ação individual ou coletiva de manutenção das estruturas de poder, a aquisição de direitos (inclui-se aqui o direito de acesso à informação) e a capacidade do indivíduo de transformação interna e desenvolvimento de uma autodefinição positiva de si mesmo (VILLACORTA; RODRIGUEZ, 2002).

Tem-se então a informação como um elemento chave no processo de um potencial de empoderamento. Zanela (2018), ao desenvolver um estudo sobre a inserção de mulheres trans e travestis em universidades, discorre que o próprio corpo carrega consigo informação e que, no caso dos corpos trans e travestis, esses corpos encontram barreiras na socialização com outros indivíduos e na inclusão plena naquele espaço, uma vez que carregam estigmas gerados pela própria sociedade que engendram estereótipos a partir

de definições pejorativas. Nesse contexto, Zanela (2018, p. 377) afirma que o estigma é oriundo da informação social que o corpo travesti e trans comunica aos espaços, sofrendo repressões e discriminações tanto em ambientes acadêmicos e escolar como no ambiente familiar, logo nos primeiros anos de vida do indivíduo LGBTQI+.

Desta forma, o processo de autoconhecimento, apresentado por Butler (BUTLER, 1999; SALIH, 2019), e a autodefinição discutida por Collins (2016) fazem parte de um processo de empoderamento, onde o indivíduo passa a conhecer a si mesmo, a construir sua própria identidade e criar uma percepção positiva acerca de si mesmo, gerando dessa forma mudanças nas estruturas de poder discutidas por Foucault (2005, 2006). Nessa mesma conjuntura, o objeto de estudo da CI se apresenta como um elemento extremamente significativo para a viabilização desse processo de potencial de empoderamento, uma vez que, conforme apresentou-se na discussão sobre abordagem social da informação, ou informação social (ZANELA, 2018), o acesso e uso da informação permite que o sujeito desenvolva um sentimento de pertencimento, a consolidação da sua identidade, a consciência dos seus direitos e, quando utilizada coletivamente, a informação ainda tem um papel expressivo na manutenção das estruturas de poder. A seguir serão apresentados os procedimentos metodológicos desta pesquisa.

4 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS E DADOS COLETADOS

Trata-se de uma pesquisa aplicada de abordagem qualitativa e quantitativa e de caráter exploratório e descritivo. A etapa exploratória foi fundamental para que fossem feitas as primeiras aproximações do grupo onde foi realizada a pesquisa de maneira a gerar interpretações de caráter descritivo e conhecer as características do grupo estudado. Essa etapa exploratória ocorreu do mês de setembro de 2019 a janeiro de 2020. A exploração se deu por meio análise de discurso (NOGUEIRA, 2001) a partir das observações e interações entre os usuários do grupo. Percebeu-se que a temática predominante das publicações eram informações relacionadas a fenômenos concernentes ao movimento LGBTQI+, seja por fatores políticos ou de representatividade na grande mídia. O grupo possui atualmente cerca de 290.000 membros, sendo um dos maiores grupos com temática LGBTQI+ da plataforma.

Os procedimentos adotados para essa pesquisa se trata de etapas de netnografia. Segundo Kozinets (2014) a netnografia surge como um método de pesquisa que se baseia

na observação de um *campo* online, utilizando de formas de comunicação e disseminação de informação mediadas por computadores como fonte de dados para compreensão e representação etnográfica de fenômenos culturais e sociais. Para Corrêa e Rozados (2017, p. 2) “a netnografia é uma ferramenta metodológica que amplia as possibilidades oferecidas pela etnografia tradicional, pois permite o estudo de objetos, fenômenos e culturas que emergem constantemente no ciberespaço a partir do desenvolvimento e da apropriação social das tecnologias da informação e da comunicação (TICs)”. Corrêa e Rozados (2017) ainda apontam que a netnografia se baseia na observação de um *campo* online, utilizando formas de comunicação e compartilhamento de informações mediadas por computadores, porém privilegiando os aspectos sociais, políticos e culturais em torno dessas mediações e das interações que ocorrem a partir delas.

Kozinets (2014) aponta ainda que o método netnográfico permite coletar três tipos de dados: *dados arquivados*, *dados extraídos* e *dados de notas de campo*. Os *dados arquivados* são as publicações espontâneas dos usuários da web social sem que haja intervenção do pesquisador; os *dados extraídos* são os obtidos por meio de intervenção do pesquisador nos espaços da web social, como comentários ou aplicação de questionários; e os *dados de notas de campo* são oriundos das observações pessoais desenvolvidas pelo pesquisador a partir da exploração dos espaços virtuais, as características do espaço e da sua população, as interações sociais que observou nestes espaços e seus significados (KOZINETS, 2014).

Neste estudo foram coletados *dados extraídos* por meio de questionário. A aplicação do questionário ocorreu em 18 de janeiro de 2020 e teve um total de 153 respostas, amostra significativa que permitiu gerar insights quanto ao problema de pesquisa proposto. O questionário encontra-se disponível no apêndice A. Com o questionário buscou-se compreender o perfil dos usuários dos grupos, suas práticas informacionais, privilegiando o acesso e o uso da informação, e suas percepções acerca da relação entre o acesso e o uso da informação na web social e o potencial de empoderamento de indivíduos LGBTQI+. O questionário possui 19 perguntas abertas e fechadas divididas em blocos temáticos: as 6 primeiras são de caráter perfilatório com objetivo de identificar a população do grupo de Facebook a partir de aspectos como gênero, raça e sexualidade, por exemplo, pois são aspectos relevantes quando trata-se de estudos que abordam questões LGBTQI+. Neste bloco de perguntas ainda foi apresentado

ao respondente a Escala de silhuetas de Stunkard, Sørensen, e Schulsinger (1983)⁴ na qual ele deveria apontar o tipo físico com o qual mais se identifica, uma vez que nas abordagens interseccionais em estudos LGBTQI+, a discriminação contra determinados tipos de corpos é um assunto significativo (SANTOS; SANCHOTENE, 2017).

As questões de número 7 ao número 12 compõem o bloco temático referente aos usos que eles fazem da informação publicada no grupo de Facebook, bem como as interações que ocorrem em torno dessas publicações. Lembrando que se trata de um grupo fechado, cujo ingresso de usuários e as informações publicadas devem ser aprovadas pelos moderadores do grupo, não possui limite de pessoas e pode ser encontrado a partir de buscas no Facebook utilizando expressões como “LGBTQI+” e suas variações, “Resistência” e “Democracia”. As questões de número 13 ao número 19 compõem o bloco temático cujo foco é a compreensão do processo de um potencial de empoderamento por meio do acesso e uso da informação a partir da subjetividade e da perspectiva dos respondentes. A seguir será apresentada a discussão desenvolvida a partir dos dados coletados. Destaca-se que em relação ao segundo e terceiro bloco, por se tratar de um grande número de respostas qualitativas, optou-se por apresentar aquelas que geraram mais *insights* para responder ao problema de pesquisa proposto.

5 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO

Foram coletadas 153 respostas com o instrumento de pesquisa sendo que esses dados configuram o *corpus* de análise deste estudo, principalmente os dados oriundos das questões abertas que resultaram em respostas mais subjetivas e permitiram discussões aprofundadas em relação a temática proposta. Optou-se ainda por realizar a análise seguindo a mesma lógica de separação das questões em blocos temáticos, começando pelo primeiro bloco que contempla as questões de 1 a 6 e tem como objetivo estabelecer um perfil para melhor compreender quem são os indivíduos que compõem a comunidade estudada.

A primeira questão buscou identificar o gênero dos respondentes, sendo que foram estabelecidas previamente 5 categorias de gênero (Homem cis, Mulher cis, Não-Binário,

⁴ Disponível em https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Escala-de-silhuetas-Sorensen-e-Stunkard-13-Fig-1-Conjunto-de-silhuetas_fig1_256325260 Acesso em Novembro de 2022.

Mulher Trans e Homem Trans) e a possibilidade de inserir outras categorias pelos próprios respondentes. Grande parte da amostra populacional identifica-se como cisgêneros, sendo que, dos 153 respondentes, 104 (68%) identificaram-se como homens cis e 37 como mulheres cis. A terceira categoria mais expressiva foi a de indivíduos não-binários, com um total de 6 (3,9%) respondentes. As demais categorias apresentaram apenas 1 (0,7%) incidência. Houve ainda a inserção de novas categorias de gênero pelos participantes, como a categoria “travesti”. Segundo Carvalho (2016) as mulheres transgêneras e as travestis diferenciam-se por indicadores de classe social, sendo que muitas vezes a identidade travesti é evocada como uma autoafirmação das mulheres travestis como parte da luta de classes populares mais baixas.

A segunda questão buscou identificar a sexualidade dos respondentes e também contou com 5 categorias de sexualidade pré-definidas (Homossexual, incluindo gays e lésbicas, bissexual, panssexual, assexual e heterossexual) e a possibilidade de inclusão de novas categorias, sendo também uma questão de múltipla escolha. Novamente tem-se uma categoria predominante dentre a amostra populacional, sendo que, dos 153 participantes, 122 (79,7%) identificaram-se como homossexuais (gays e lésbicas). Na sequência, identificou-se 16 (10,5%) respondentes bissexuais, 12 (7,8%) panssexuais, 3 (2%) heterossexuais e 1 (0,7%) assexual, sendo que o respondente que se identificou como assexual também se identificou como homossexual. Novamente observa-se pouca representatividade mesmo se tratando de um espaço exclusivo da comunidade LGBTQI+ e um dos maiores grupos de *Facebook* nesta temática.

As questões de número 3, 4, 5 e 6 também foram perfileatórias e indagaram, respectivamente: a idade dos participantes, a etnia, o tipo de corpo e o nível de ensino. Quanto à idade dos participantes, constatou-se que a faixa etária predominante é de 26 a 35 anos, seguidas por 21 a 25 anos e 36 a 45 anos (45,1%, 21,6% e 17,6% respectivamente). Quanto ao nível de ensino, verifica-se que a maior parte da amostra populacional possui ou é estudante de pós-graduação (43,1%), seguida por aqueles que possuem ensino superior completo ou em andamento (22,9% e 20,9%). A questão 4 coletou dados quanto a etnia dos respondentes e 101 respondentes identificaram-se com a categoria branco (66%). Na sequência tem-se 34 (22,2%) que se identificaram como pardos e 17 (11,1%) como pretos. Apenas 1 sujeito identificou-se com a categoria amarelo (0,7%). A questão 5 apresentou aos respondentes o conjunto de silhuetas de Stunkard,

Sørensen, e Schulsinger (1983) com uma escala de corpos de 1 a 9, sendo tipo de corpo 1 extremamente magro e o tipo de corpo 9 extremamente gordo. O tipo de corpo 6 teve um número de respostas mais destoante dos demais (46 respostas, equivalente a 30,1%) e o mesmo pode ser considerado um corpo gordo, seguido pelos tipos 1 (3 respostas, equivalente a 2%), 8 (4 respostas, equivalente a 2,6%) e 9 (2 respostas, equivalente a 1,3%) que apresentaram números abaixo da média. Os tipos de corpos 2, 3, 4, 5 e 7 apresentaram uma margem de respostas bem próxima, entre 11,8% e 13,7%, o que demonstra que o padrão físico dos respondentes não está próximo de nenhum dos extremos, seja magro ou gordo.

A partir das questões do primeiro bloco constatou-se que a amostra populacional é majoritariamente composta por pessoas cisgêneras brancas, principalmente homens gays, entre 26 e 35 anos e que cursam pós-graduação, demonstrando pouca diversidade entre os respondentes da pesquisa. A seguir serão analisados os resultados obtidos com o segundo bloco de perguntas (composto pelas questões de 7 a 12) que buscou compreender como ocorre o acesso e o uso da informação dentro da comunidade virtual estudada. A questão 7 questionou a frequência com que os respondentes utilizam as redes sociais como fonte de informação, 138 respondentes (90,2%) indicaram que usam as plataformas de redes sociais diariamente, 12 (7,8%) semanalmente, 2 mensalmente (1,3%) e 1 quinzenalmente (0,7%). Percebe-se que a maioria predominante da amostra populacional tem as redes sociais presentes diariamente em suas vidas, configurando-as como uma fonte de informação significativa para o grupo. Os dados coletados a partir da questão seguinte, de número 8, que questionou a confiabilidade das redes sociais como fonte de informação, demonstrou que, embora utilizem as redes sociais com frequência, parte significativa da amostra populacional não as consideram uma fonte de informação tão segura. 63 participantes (41,1%) não consideram as plataformas de redes sociais totalmente confiáveis, enquanto 67 (43,8%) apontaram as plataformas de redes sociais como seguras e 22 (14,4%) afirmaram que são parcialmente confiáveis.

Os participantes que apontaram as redes sociais como pouco confiáveis recorrentemente citaram o fenômeno das *Fake News* para justificar suas respostas, apontando serem esses canais fontes de propagação de desinformação. A título de exemplo, o respondente 16 apontou que as plataformas de redes sociais não são seguras uma vez que são “território em disputa com as agências produtoras de *fake news*.” O relato

do respondente 72 corroborou com esse pensamento:

Não. As redes sociais detêm um poder muito incisivo por isso as mensagens inverídicas fazem parte deste meio, por isso necessário ter cuidado ao compartilhar qualquer tipo de texto, buscando sites oficiais e mesmo nestes ter cuidado, pois mesmo diante do jornalismo há o limite para a liberdade de expressão. Esse procedimento é necessário para que posteriormente o indivíduo não venha a responder por crime contra a honra, sendo eles, calúnia, difamação e injúria. (Respondente 72, Homem Cisgênero, Gay, Preto)

A questão seguinte número 9 buscou questionar quais outras fontes de informação eram utilizadas pelos participantes e as três fontes mais utilizadas pelos participantes foram documentos impressos (livros, periódicos, jornais, etc.) com 110 respostas (71,9%), televisão com 89 (58,2%) e bibliotecas digitais com 64 (41,8%), sendo que a primeira e a terceira fonte de destaque corroboram com o perfil mais acadêmico da amostra populacional. As categorias Bases de Dados e Fontes de Informação pessoal (pessoa) também tiveram um número considerável de respostas com 51 seleções (33,3%) e 48 seleções (31,4%) respectivamente, demonstrando familiaridade dos participantes com fontes de informação especializadas.

A questão número 10 questionou sobre o comportamento dos participantes ao identificar uma informação que consideram totalmente ou parcialmente falsa. Todas as opções de resposta dessa questão tiveram um número considerável de respostas (tratava-se de uma questão de múltipla escolha), com exceção da consulta ao especialista que teve 36 respostas (23,5%) e ficou abaixo da média. Os participantes ainda inseriram novas categorias como “Denúncia da informação” e “Faço *fact checking* em sites especializados em desmentir as notícias falsas”, o que reforça novamente uma preocupação com a qualidade e a veracidade da informação acessada.

A questão 11 buscou compreender os usos que os participantes fazem das informações acessadas virtualmente. Observa-se que o principal uso feito das informações é para entretenimento pessoal, com 139 respostas (90,8%), para se manter atualizado sobre o cenário político com 129 (84,3%) e para fins de estudo com 112 (73,2%). O uso da informação para se manter atualizado sobre o cenário político é justificável por se tratar de uma amostra populacional LGBTQI+ onde temáticas e fenômenos políticos marcam fortemente as questões pautadas por essa população. A questão 12 indagou o comportamento dos participantes ao identificar um comentário com o qual não concorda publicado por outra pessoa em grupos virtuais. Dos 153

participantes, 97 (63,4%) apontaram que reagem a comentários com os quais não concordam argumentando com fatos e dados relevantes, enquanto a segunda parcela significativa de 39 respondentes (25,5%) informou que apenas ignora o comentário. Os participantes ainda inseriram novas categorias como, por exemplo, os relatos dos participantes 119 e 143, respectivamente:

Depende muito das circunstâncias, mas em geral, só comento quando acredito ter um espaço para uma construção de conhecimento. Não comento quando percebo que o perfil pode ser um robô ou um fanático de alguma corrente de pensamento. (Homem cisgênero, Gay, Branco)

Depende da situação, se é algo mais complexo, que é possível que a pessoa tenha dito por genuína falta de informação, eu vou na primeira opção. Se é um comentário absurdo, preconceituoso, de uma pessoa obviamente sem conserto, aí eu vou na terceira, afinal eu tenho que rir de alguma coisa nessa desgraça toda. (Homem cisgênero, Gay, Branco)

Esses exemplos demonstram uma preocupação em debater e desconstruir comentários que representam pensamentos ou discursos que consideram problemáticos, ao mesmo tempo que algumas das manifestações da amostra populacional demonstra uma exaustão em tentar argumentar com indivíduos mais fechados ao diálogo, como é o caso do respondente 143 que utilizou a definição “pessoa sem conserto”. Dessa forma, o próximo bloco de perguntas a ser analisado buscou construir uma discussão sobre como, da percepção dos respondentes, ocorre esse processo de empoderamento a partir do acesso e uso da informação em comunidades virtuais.

A questão 13 buscou compreender, a partir da percepção dos participantes, os benefícios que o acesso à informação oferece ao indivíduo. Entre as categorias pré-estabelecidas como benefícios do uso da informação, a que mais se destacou foi a “auxiliando na construção de novos conhecimentos”, com 141 respostas (92,2%), seguida por “auxiliando na consciência de fenômenos políticos”, com 129 respostas (84,3%) do estudo e “Desenvolvendo um pensamento mais crítico” com 127 respostas (83%). Esses usos feitos da informação novamente apontam para um perfil mais intelectual e de engajamento político. Villacorta e Rodriguez (2002) apontam um processo de empoderamento que ocorre por meio da inserção de identidades sociais marginalizadas em processo de tomada de decisão nessa sociedade e tal movimento só é possível por meio da construção de conhecimento e o desenvolvimento de uma consciência crítica acerca de si mesmo e da própria identidade, bem como do que essa identidade representa no

contexto social no qual se está inserido.

Nesse sentido houve a inserção de duas novas categorias bem significativas, a saber: a do respondente 72, que coloca que o acesso à informação ajuda “Mostrando ao indivíduo que ele não está só, que há um movimento social de luta pelos direitos LGBTQ+”; e o respondente 124 que descreveu que o acesso à informação “auxilia a conhecer melhor o lugar onde se vive e conhecer como a sociedade evolui e se comporta”. Trazendo uma outra perspectiva, o respondente 67 afirma que “o triste é que o acesso à informação traz todos esses benefícios, mas o acesso a desinformação traz malefícios piores ainda”. A partir das novas categorias introduzidas pelos participantes temos perspectivas bem interessantes: a de articulação (não estar só) e conhecimento do meio social no qual está inserido a partir do uso da informação, bem como uma preocupação com o fenômeno de desinformação por parte da comunidade estudada. Santos, Targino e Freire (2017) argumentam que a desinformação favorece a ignorância, a aversão e a negação do que é diferente, configurando-se como um obstáculo no processo de empoderamento e sendo nociva para as identidades LGBTQI+. Pode-se considerar que o acesso à informação por meio das redes sociais é uma via de duas mãos, pois ao mesmo tempo traz benefícios também pode fortalecer o processo de desinformação em gênero, sexualidade e demais temáticas concernentes ao movimento LGBTQI+.

A questão 14 era aberta e buscou captar a percepção dos respondentes se o gênero ou sexualidade deles afetou o seu acesso à informação. Ao analisar as respostas constatou-se que grande parte da amostra populacional não acredita que sua sexualidade afetou seu acesso à informação, porém alguns dos participantes acreditam que ser brancos e cisgênero influenciou no fato de não encontrarem dificuldades no acesso à informação, como é o caso da respondente 6, a título de exemplo:

Vivo em um meio muito privilegiado, sou mulher hetero, branca, cis e dentro do padrão estético. O machismo não dificultou o acesso à informação especificamente, apesar de passar por algumas situações desagradáveis, reconheço meus privilégios. (Mulher cisgênera, heterossexual, branca)

Tivemos ainda alguns participantes que relataram episódios de seu dia a dia que demonstram a discriminação de gênero e sexualidade como uma barreira no acesso à informação, conforme se observa nos relatos dos respondentes 73, 39 e 55, respectivamente:

Em uma das vezes que eu estava usando saia, fui barrado e a segurança disse que no espaço que eu estava tinha muitas crianças que não compreenderiam o fato de ter um homem vestido de saia e pediu pra me retirar da biblioteca. (Homem cisgênero, preto, gay)

Eu tinha que agir na surdina para obter qualquer informação sobre e segue até hoje, quando, por exemplo, me negam informações sobre temas que, segundo o senso comum, "não interessam a pessoas como eu". (Homem cisgênero, preto, gay)

Por ser mulher, muitas vezes não quiseram me explicar alguma informação. Por exemplo, uma conversa/discussão que estava tendo, não me falaram pois pelo pensamento, não entenderia sobre, principalmente futebol e política. (Mulher cisgênera, branca e lésbica)

Identificou-se que os participantes que defenderam que seu gênero ou sexualidade afeta o acesso à informação também se identificaram como pretos, trans e mulheres cisgêneras, principalmente lésbicas e bissexuais. Considera-se significativo o impedimento do acesso à informação por fatores de gênero, sexualidade e raça, seja pela exclusão de determinado local de acesso à informação (como o caso de expulsão da biblioteca) ou pela exclusão do debate sobre determinado assunto (como o caso do futebol). Tem-se ainda o relato do respondente 7:

Cresci com uma cultura heteronormativa em que todos os conteúdos representavam casais heteros. Neste sentido, sempre buscava me identificar com um deles, no caso, a mulher. Isso fez com que eu criasse uma resistência a conteúdos com personagens LGBTQI+, pois sou treinado em me ver representado em uma mulher cis hétero. (Homem cisgênero, gay, branco)

Esse exemplo é significativamente interessante, pois demonstra como a restrição de acesso à informações e conteúdos LGBTQI+ na infância afeta a construção da identidade dos indivíduos, uma vez que a criação da identidade necessita de um outro para se relacionar e construir nossa autoimagem e autodefinição (COLLINS, 2017; SALIH, 2019), sendo a ausência de indivíduos LGBTI+ no convívio social, ou a informação sobre os mesmos, prejudicial para o desenvolvimento desses processos. A questão 15 era aberta e buscou analisar a receptividade dos respondentes quanto ao fomento de debates insercionais em espaços LGBTI+. Quase toda a amostra populacional foi favorável ao fomento desse tipo de debate e ressaltou diferentes aspectos da sua importância para o movimento. A única exceção foi o participante 143 que, embora também seja favorável, salientou que esses debates sejam fomentados na "medida certa" para "não perder o foco de que ainda é um espaço LGBT". O respondente ainda defendeu que o enfoque das temáticas deveria ser a sexualidade porque "o enfoque tem que ser os problemas que

abrangem a todos”. O relato em si próprio é conflituoso, pois a própria sigla LGBTI+ envolve não apenas aspectos de sexualidade como também de gênero, além de ser necessário considerar que pessoas LGBTI+ não brancas sofrem outros tipos de discriminações, possuem outro processo de construção de sua identidade e tem outras especificidades, por exemplo. O participante 30 fez uma crítica nesse sentido:

Sem dúvida estes e outros temas precisam ser fomentados como forma de diversificar e ampliar as discussões dentro da comunidade. Precisamos de uma comunidade mais LBTQI+ e não tanto GGGGG como se percebe. (Homem cisgênero, gay, branco)

Retomando a abordagem interseccional discutida por Collins (2017), destaca-se sua importância para atender as diferentes necessidades das identidades que compõem o movimento LGBTI+, bem como evitar excluir suas especificidades. Ainda sobre o termo “GGGGG” apontado pelo participante 30, trata-se de uma sigla usada como crítica à hierarquia dentro do movimento LGBTI+ onde a maior parte dos debates privilegia as necessidades de homens gays cisgêneros. Ou seja, o GGGGG seria algo como um movimento “Gay, Gay, Gay, Gay e Gay”. Nesse sentido, o participante 38 aponta que a abordagem interseccional é importante também para trabalhar essa hierarquia e a discriminação que ocorre dentro da própria comunidade:

Sim porque mesmo dentro de comunidades socialmente oprimidas como a LGBT há outras formas de preconceito e discriminação. Como é o sofrido por gays afeminados, gordos e negros dentro da comunidade LGBT, assexuais que são invisibilizados, bissexuais que são taxados de indeciso e promíscuos, etc. Essas discussões se fazem necessárias para que nós enquanto comunidade socialmente oprimida aprendamos que também somos indivíduos preconceituosos e nos desconstruamos ainda mais. (Homem cisgênero, preto, gay).

Seguindo essa lógica, a questão 16 buscou analisar quais discursos de ódio os participantes identificam em espaços que não são exclusivamente LGBTQI+, enquanto a questão 17 perguntava quais discursos discriminatórios eles identificam em espaços exclusivamente LGBTQI+. As duas questões tinham categorias de discursos discriminatórios pré-definidas e eram de múltipla escolha. Os discursos discriminatórios em espaços não exclusivamente LGBTQI+ apontados como mais recorrentes são os de caráter homofóbico com 139 respostas (90,8%) e sexista com 133 respostas (86,9%). Já os discursos discriminatórios mais recorrentes nos espaços exclusivos do público LGBTQI+ são os de caráter gordofóbico com 110 respostas (71,9%) e racista com 98

respostas (64,1%). Embora em espaços não exclusivos os discursos discriminatórios sejam mais recorrentes conforme o número de respostas, ainda é preocupante a indicação de que mesmo dentro de espaços exclusivamente LGBTI+, onde espera-se que sejam locais seguros, exista discriminação. Esses dados são indicativos de como esses espaços LGBTQI+ também reproduzem a lógica da sociedade generificada, racializada e sexualizada na qual estão inseridos. Nos espaços exclusivamente LGBTI+ os discursos de caráter gordofóbico serem os mais frequentes demonstra que existe uma forte discriminação com tipos de corpos gordos. Santos e Sanchotene (2017) discorrem sobre a aversão e marginalização do corpo gordo (gordofobia) como um fenômeno de exclusão desses corpos de espaços de relacionamento e acesso à informação, gerando problemas de autoestima e sendo nocivos para a saúde mental do indivíduo. Quanto a predominância dos discursos racistas, isso indica novamente que existe pouca sensibilidade e aceitação da problematização de outros tipos de discriminação dentro do movimento.

A questão 18 é aberta e buscou constatar o conforto dos participantes para publicar informações e interagir em espaços exclusivamente LGBTQI+. Identificou-se três grupos: os que se sentem desconfortáveis e evitam postar e interagir, os que se sentem um pouco desconfortáveis, mas interagem e aqueles que se sentem confortáveis. No grupo dos que se sentem desconfortáveis buscou-se identificar relatos que explicam esse sentimento. Identificou-se que o desconforto em interagir vem de discriminação com identidades específicas que compõem o movimento. A título de exemplo, tem-se os relatos dos participantes 20 e 151:

*Quando se trata da minha orientação romântica (lésbica), sim. Quando se trata da minha orientação sexual (assexual) e de gênero (não-binário), não. A lesbiandade proporciona uma certa proteção entre lésbicas pois elas assumem que me relaciono sexualmente com elas mas, no momento que eu revelo ser assexual *e* não-binário, eu já recebo uma série de agressões. (Não-binário, lésbica, assexual e parda)*

Não, pois os gays geralmente me discriminam e me oprimem MUITO em função do meu padrão estético (sou gordo). Como gordo, sou mais aceito em grupos com menor percentual de gays. (Homem cisgênero, gay, branco, gordo).

É significativamente preocupante refletir que no início dos estudos as questões que buscavam caracterizar a amostra populacional mostraram que 122 participantes do estudo (79,7%) se identificaram como homossexuais (gays e lésbicas) e em diversos relatos, como o do respondente 151 apresentado acima, os gays são apontados como

protagonistas de discriminações em espaços que supostamente deveriam ser de articulação e empoderamento. O relato do participante 141 foi outro que corroborou com esses dados quando ele afirma que “os gays muitas vezes são mais cruéis do que os próprios héteros”. No grupo dos participantes que se sentem pouco confortáveis, mas publicam e interagem no grupo, identificou-se alguns relatos que indicam que os participantes se sentem mais à vontade para participar de grupos menos gerais e mais específicos de algumas identidades do movimento LGBTQI+. É o caso do participante 52:

Sim. Principalmente nos grupos para pessoas trans (binarias e nao binarias), pois acho q essas pessoas passaram por um processo de desconstrucao mais duro, entao acredito q seja mais dificil que algumas opressoes sejam reproduzidas por elas. Mas ainda me sinto desconfortaveis nos grupos GGGGG ou com mta gente cis (Não-binário, panssexual, branco)

O respondente 30 relata que se sente parcialmente bem porque “mesmo dentro da comunidade LGBTQI+ o preconceito e a opressão ocorrem. A idealização de padrões estéticos e o status financeiro, por exemplo, são grandes vilões no meio.” Quanto ao grupo dos que se sentem confortáveis para publicar e interagir em espaços exclusivos LGBTQI+ identificou-se como argumento predominante para esse conforto o fato de existirem pessoas parecidas com eles e com pensamentos parecidos o que, da percepção desse grupo, diminui a chance de sofrerem algum tipo de discriminação. Nesse contexto, o participante 38 deu o seguinte relato:

Sim porque há varias pessoas que assim como eu pensam de maneira mais aberta em relação a temas como sexualidade, travestismo, cultura drag, etc. Sendo assim um espaço onde eu sou menos propício a sofrer com ataques e discurso de ódio. (Homem cisgênero, preto, gay)

O relato do participante 4 corrobora com essa percepção quando ele afirma que é “Meu espaço preferido. Me sinto acolhido e seguro. Espaços majoritariamente héteros me deixam aflito”. Obteve-se ainda respostas que demonstram uma preocupação por parte dos participantes em levar informações sobre temáticas LGBTQI+ para fora dos espaços exclusivos como a do participante 97:

Não. Eu gosto de publicar em todos os meios e assim descobrir os vários tipos de pessoas e ensinar o correto. As vezes muitas pessoas cometem preconceito por não conhecer. Cabe a nos levar as informações, educar e conscientizar (Homem cisgênero, gay, pardo)

Percebe-se que existe tanto uma busca por um ambiente seguro onde seja possível

encontrar um outro com características semelhantes, como também uma preocupação em levar informações sobre as identidades LGBTQI+ para pessoas de fora do movimento. A questão 19 era aberta e buscou compreender, da percepção dos participantes, como era possível um processo de empoderamento a partir do acesso e uso da informação em ambientes virtuais. Identificou-se novamente três grupos: os que não acreditam ser possível um processo de empoderamento nesse contexto, os que defendem a possibilidade de um processo de empoderamento nesse contexto e aqueles que defendem essa possibilidade, porém com ressalvas. O grupo dos que não acreditam que esses espaços virtuais proporcionam meios para o empoderamento dos seus membros não aprofundou ou apresentou argumentos que justificassem esse pensamento. A resposta mais elaborada nesse sentido foi o do participante 2:

Não acho que isso empodere nenhum lgbt, usar a internet não dá poder pra ninguém, ajuda a buscar conhecimento e saber que você não está sozinho, mas empoderar não empodera. (Mulher cisgênera, lésbica, branca)

É interessante aqui resgatar a ideia de empoderamento apresentada por Freire (2001) sobre como é necessário um processo de conscientização acerca de si mesmo e do contexto social no qual se está inserido para compreender os limites e especificidades de um processo de empoderamento individual, bem como o acesso à informação como uma das etapas desse processo e não a garantia de que o mesmo ocorra. Os demais participantes desse grupo limitaram-se a responder com “não”, embora a questão solicitasse que fosse justificada a resposta. A resposta da participante 2 é interessante porque reduz o acesso à informação à “usar a internet” e leva a alguns questionamentos: Usar a internet para qual finalidade? Usar quais espaços na internet? Considera-se que o próprio uso da internet, embora bastante difundido no contexto atual, não é algo a que todos tenham acesso, o que por si só já impõe uma barreira no acesso à informação. No grupo dos que defendem a possibilidade de empoderamento nesses espaços os argumentos predominantes identificados foram a visibilidade que esses espaços oferecem para identidades LGBTQI+ marginalizadas; o uso da informação para conhecer melhor nossos direitos e construir nossas identidades; a interação com um outro semelhante em marcadores sociais e vivências e criação de redes de apoio e de disseminação de informações LGBTQI+. Nesse panorama temos os relatos dos participantes 17 e 32:

A maioria das pessoas está nas redes sociais hoje em dia. Quanto mais a comunidade LGBTQI+ se posiciona por esses meios, mais visibilidade tem e mais chances terá de fazer com que certos temas ganhem relevância fora da comunidade também (Homem cisgênero, gay, branco)

Acredito que compartilhar vivências seja algo que ajuda todos os membros da comunidade a se fortalecerem. Apesar disso, sinto que essas discussões não deveriam estar tão exclusivamente em espaços LGBTQ, sendo necessário que toda a sociedade esteja engajada em conhecer e compreender sobre as vivências que muitas vezes passamos, e assim tornar o país menos hostil para a comunidade LGBTQ. (Homem cisgênero, preto, gay)

Esses relatos são referentes a visibilidade que esses espaços proporcionam para identidades LGBTQI+ e é interessante observar que os exemplos trazidos ressaltam a importância de levar informações com temáticas LGBTQI+ para fora dos espaços exclusivos em uma perspectiva onde isso seria benéfico a um potencial de empoderamento, pois ao ter acesso à informações sobre as identidades LGBTQI+ pessoas de fora do movimento desconstruem imaginários pejorativos e estereotipados sobre as mesmas. O participante 40 salientou a possibilidade de criar redes de apoio quando cita que: “Acho que é mais como um laço de apoio. Normalmente, onde nossas famílias não nos apoiam, buscamos o conforto onde conseguimos.”. O relato do participante 51 foi interessante porque colocou o instrumento de pesquisa como um recurso benéfico ao processo de empoderamento:

Sim, é importante que tenha discussões, afinal a linha tênue que liga a ignorância ao conhecimento, é justamente o debate. Devemos lidar com as discordâncias, saber aceitá-las e acima de tudo respeitá-las, por mais que não concordamos. A proposta do questionário, é de certo modo, uma alavanca ao empoderamento, porque dará a oportunidade para muitos se expressarem e verem expressões, não existe método de encorajamento maior do que a ação, onde temos a subjetividade de quem lê o relato de alguém, nisso acontece uma afinidade, uma semelhança e empatia entre pessoas desconhecidas, porém que compartilham de vivências parecidas. (Homem cisgênero, pardo, gay)

Quanto aos que apontaram o acesso e uso da informação como benéfico a construção da identidade e para o potencial de empoderamento, tivemos diversos relatos interessantes, como os dos participantes 60, 73, 149 e 117 respectivamente:

Acho muito importante por exemplo estava a pouco tempo com dúvidas sobre meu gênero e consegui definir me encontrar através de blogs vídeos experiências através da Internet em conteúdos LGBTQI+ (Não binário, gay, branco)

É imprescindível, certas discussões me ensinaram tanto, desde os cuidados ao enfrentar a LGBTQI+fobia dentro de casa e nas ruas até quando descobri que era soropositivo, foram espaços como esses que me proporcionaram liberdade de expressão e informação suficiente para não acabar no isolamento e conhecer pessoas que vivem as mesmas situações que eu. (Homem cisgênero, gay, preto)

Minha identidade sem dúvida é um ponto de partida para visibilidade a outros homens trans ou pessoas trans no geral que se sentem inseguras de comentarem ou até mesmo entrarem em espaços nos quais não visualizam seus semelhantes. (Homem trans, gay, branco)

A divulgação da informação é o caminho para o empoderamento, produz o rompimento com o conservadorismo e situações de preconceito ou discriminação. (Mulher cisgênera, lésbica, branca)

É interessante ainda nesses relatos observar a constante menção de uma fonte de informação pessoal: um outro indivíduo com o qual nos identificamos, mais experiente e importante para o processo de conformação da identidade, sendo que ela parte de processos de autoconhecimento e transformações da nossa autodefinição (COLLINS, 2017; SALIH, 2019). Quanto ao último grupo, que apontou acreditar nesse processo de empoderamento proposto pelo estudo, porém com ressalvas, o argumento predominante que foi identificado foi justamente a discriminação que ocorre dentro do próprio movimento LGBTQI+, como foi apresentado em outras questões. Nesse sentido tem-se o relato do participante 128:

Acho que empodera bastante. Tive muito apoio nos espaços destinados a não binaries mas nos espaços lgbtqi+ em geral não tenho essa mesma percepção. Me sinto apagada e discriminada dentro da comunidade. (Não binário, panssexual, branco)

Nesse mesmo sentido, o participante 57 apontou a necessidade de um outro tipo de recorte: “Precisamos de um olhar melhor para as pessoas LGBTQI+ acima dos 40 anos. Há uma discriminação grande.”. Existem, portanto, estruturas de poder dentro da própria comunidade e, conforme Foucault (2006), essas estruturas se valem a partir da dominação do outro, prejudicando o potencial de empoderamento para algumas identidades que compõem o movimento LGBTQI+.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve como objetivo compreender de que forma ocorre o processo de empoderamento de um grupo específico de Facebook exclusivamente LGBTQI+ por meio do acesso e uso da informação. Considera-se que o objetivo foi alcançado e constata-se que existe um potencial de um processo de empoderamento que ocorre por meio da informação como matéria prima para transformação social, articulação do movimento LGBTQI+ e na construção das identidades que compõem o movimento. Ressalta-se que,

embora tenha sido identificado esse potencial a partir da percepção dos participantes desse estudo e seus relatos, confirmou-se ao longo da pesquisa uma hipótese que prejudica ou até inviabiliza esse empoderamento: a discriminação dentro do próprio movimento LGBTQI+. Outra descoberta significativa foram relatos apontando os homens gays como protagonistas dessas discriminações, demonstrando a importante e necessidade de abordagens interseccionais nesse meio.

Concebe-se ainda que os resultados do estudo oferecem novos aspectos da temática LGBTQI+ no âmbito da CI ao discutir as possibilidades e problemáticas de indivíduos LGBTQI+ por meio do acesso e uso da informação. A informação possui potencial de desvelar relações de poder relacionadas a gênero e sexualidade, sendo necessário estudos que busquem compreender essas estruturas de poder, a influência que ela possui na relação dos indivíduos e na formação da sua identidade, bem como o papel da informação nesse emaranhado conceitual.

Uma outra contribuição deste trabalho para área da CI foi a aproximação dos conceitos da área com os conceitos e teorias de grandes filósofos das Ciências Humanas como Butler, Collins e Foucault, o que demonstra o potencial de contribuição do objeto de estudo da CI para outras áreas. Concluiu-se que a informação é um elemento chave no processo de autoconhecimento e autodefinição, considerando a relação íntima e cotidiana dos indivíduos com as redes sociais e suas fontes de informação. Considera-se ainda que próximas etapas deste estudo podem se valer da coleta de dados arquivados e de nota de campo no grupo estudado a partir de ferramentas netnográficas, de maneira a aprofundar ainda mais a compreensão dos fenômenos aqui discutidos, principalmente a discriminação que ocorre dentro do próprio movimento.

REFERÊNCIAS

ANTRA. **Dossiê**: ASSASSINATOS e violências contra pessoas Trans em 2022. *Online*. 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/>. Acesso em: 30 jun. 2023.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo, SP: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BROOKES, Bertram Claudes. The foundations of information science. Part I. Philosophical aspects. **Journal of Information Science**, v. 2, n. 3-4, p. 125-133, 1980. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/016555158000200302>. Acesso em: 23 nov. 2019.

BUTLER, Judith. **Subjects of Desire**: Hegelian Reflections in Twentieth-century France. Nova Iorque, NY: Columbia University Press, 1999.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, Guacira Lopes (Coord.). **O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 110- 125.

CARVALHO, Mario. "Travesti", "mulher transexual", "homem trans" e "não binário": interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. **Cadernos Pagu [online]**, n. 52, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809444920100520011>. Acesso em: 28 dez. 2019.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 1-13. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT1--231.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2019.

COLLINS, Patricia Hills. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>. Acesso em: 24 nov. 2022.

COLLINS, Patricia Hills. The Difference That Power Makes: Intersectionality and Participatory Democracy. **The Palgrave Handbook of Intersectionality in Public Policy**, v. 8, n. 1, p. 1-26, 2017. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-98473-5_7. Acesso em: 24 nov. 2022.

CORRÊA, Maurício de Vargas; ROZADOS, Helen Beatriz Frotas. A netnografia como método de pesquisa em Ciência da Informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 22, n. 49, p. 1-18, 2017. Disponível em: [10.5007/1518-2924.2017v22n49p1](https://doi.org/10.5007/1518-2924.2017v22n49p1). Acesso em: 11 nov. 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. São Paulo, SP: Graal, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo, SP: Graal, 2006.

FREIRE, Paulo. **Conscientização. Teoria e prática da libertação: Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo, SP: Centauro, 2001.

KOZINETS, Roberts V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2014.

LOPES, John Willian; VELOSO, Maria do Socorro Furtado; LACERDA, Juciano de Sousa. #votelglt e o ciberativismo em prol da representação política no brasil. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 13, n. 3, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.29397/reciis.v13i3.1705>. Acesso em: 07 jul. 2023.

NOGUEIRA, Conceição. A análise do discurso. In: ALMEIDA, Leandro S. e FERNANDES, Maria Eugénia (Edts). **Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a pratica e investigação**. Braga: CEEP, 2001. Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4355/1/Capitulo_analise%20do%20discurso_final1.pdf. Acesso em: 30 jun. 2023.

NUNES, Raul. A identidade transfeminista através da rede. In: ANAIS DO XI SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11., 2017, Santa Catarina. **Anais [...]**. Santa Catarina: UFSC,

2018. Disponível em:

http://www.fazendogenero.eventos.dype.com.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=605. Acesso em: 18 ago. 2022.

PINTO, Elton Mártires; LEITE, Fernando Cesar de Lima. Informação e diversidade: estudos de práticas informacionais em comunidades compostas por pessoas transgênero. **Ponto de Acesso**, v. 12, n. 1, p. 97-112, 2018. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.9771/rpa.v12i1.25448>. Acesso em: 07 jul. 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. **Contextualizaciones latinoamericanas**, v. 2, n. 5, p. 1-33, 2015. Disponível em:

<http://contexlatin.cucsh.udg.mx/index.php/CL/article/view/2836>. Acesso em: 30 jun. 2023.

ROSO, Adriane; ROMANINI, Moises. Empoderamento individual, empoderamento comunitário e conscientização: um ensaio teórico. **Psicologia e Saber Social**, v. 3, n. 1, p. 83-95, 2014.

Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/12203>. Acesso em: 30 jun. 2023.

RUBIN, Gayle. **Pensando sexo**: notas para uma teoria radical da política da sexualidade.

Tradução Felipe Bruno Fernandes. Florianópolis: Repositório UFSC, 2012. Título original:

Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1582/gaylerubin.pdf?sequen>. Acesso em: 30 jun. 2023.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SANTOS, Amanda; SANCHOTENE, Nicole. 'Gorda, Sim! Maravilhosa, Também!': Do Ressentimento à Autoestima em Testemunhos de Vítimas de Gordofobia no YouTube. In: CONGRESSO

BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40., 2017, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Intercom, 2017. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/eventos1/congresso-nacional/20173> Acesso em: 18 ago. 2019.

SANTOS, Raimundo Nonato Ribeiro dos; TARGINO, Maria das Graças; FREIRE, Isa Maria. A temática diversidade sexual na Ciência da Informação: a perspectiva da responsabilidade social.

Rebecin: Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação, v. 4, n. 1, p. 114-135, 2017. Disponível em:

http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/30216/1/2017_art_rnrsantos.pdf. Acesso em: 24 nov. 2019.

SILVA, Danuzio Weliton Gomes da; CASTRO, Gustavo Henrique Carvalho de; SIQUEIRA, Marcus Vinicius Soares. Discurso lgbtfóbico no ciberespaço do sertão pernambucano: discriminação e resistência. **Em Questão**, v. 27, n. 1, p. 403-429, 2021. Disponível em:

<https://doi.org/10.19132/1808-5245271.403-429>. Acesso em: 07 jul. 2023.

SILVA, Laelson Felipe da. **Práticas informacionais**: LGBTQI+ e empoderamento no espaço LGBT. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16342>. Acesso em: 04 out. 2020.

SILVA, Vitória Carvalho Rocho da. Miatização da sexualidade: a emergência da narrativa contra-hegemônica da assexualidade no ciberespaço. **Anuário Unesco**: Metodista de Comunicação

Regional, v. 24, n. 24, p. 211-225, jan/dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.15603/2176-0934/aum.v24n24p211-225>. Acesso em: 30 jun. 2023.

STUNKARD, Albert James; SØRENSEN, Thorkild; SCHULSINGER, Fini. Use of the Danish adoption register for the study of obesity and thinness. **Research Publications - Association for Research in Nervous and Mental Disease**, v. 60, p. 115-120, 1983. Disponível em: <https://europepmc.org/article/MED/6823524>. Acesso em: 02 dez. 2022.

VALE, Mariene Alves do; VITORINO, Elizete Vieira. Fontes de informação online para comunidade lgbt+. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, p. 50-71, 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1338>. Acesso em: 07 jul. 2023.

VILLACORTA, Alberto Enríquez; RODRIGUEZ, Marcos. Metodologias e ferramentas para implementar estratégias de empoderamento. In: ROMANO, Jorge; ANTUNES, Marta (Org.). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

ZANELA, Maria. Acesso à informação para construção da cidadania de mulheres transexuais e travestis: resoluções do nome social como estratégia de inclusão. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, n. 2, p. 367-396, 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/795>. Acesso em: 25 nov. 2019.

Recebido em: 02 de dezembro de 2022
Aprovado em: 16 de julho de 2023
Publicado em: 26 de setembro de 2023